

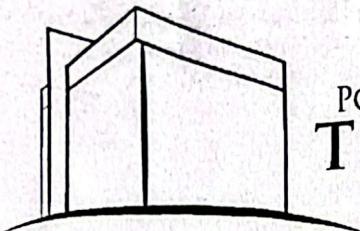
Número de inscrição: 10000280

Cidade de realização da prova: Porto Velho/RO

Provimento

Frase: O tempo é o melhor autor – sempre encontra um final perfeito.

CONCURSO PÚBLICO | EDITAL: 2025 | MANHÃ



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CADERNO DE PROVA OBJETIVA DE SELEÇÃO**LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO**

- 1 Ao receber este caderno de prova, confira inicialmente se os dados registrados acima estão corretos e devidamente transcritos na sua Folha de Respostas. Confira também os dados em cada página numerada deste caderno de prova (caso se trate de caderno de prova reserva, confira apenas o nome do cargo). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de questões indicada em sua Folha de Respostas, correspondentes à prova objetiva de seleção. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos dados apresentados, solicite, de imediato, ao(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2 Quando autorizado(a) pelo(a) chefe de sala/aplicador(a) de provas, escreva, no espaço apropriado da Folha de Respostas, com sua caligrafia usual, a frase constante do topo desta capa.
- 3 Durante a realização da prova, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 4 Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da Folha de Respostas.
- 5 Ao terminar a prova, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua Folha de Respostas e deixe o local de prova.
- 6 Nenhuma folha deste caderno pode ser destacada, exceto a Folha de Respostas, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final da prova, para fins de desidentificação.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na Folha de Respostas implicará a anulação da sua prova.

OBSERVAÇÕES

- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS0800 722 1125 | sac@cebraspe.org.br | www.cebraspe.org.br

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devoluções, use a Folha de Respostas, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVA OBJETIVA DE SELEÇÃO --

Questão 1

A primeira tentativa brasileira de disciplinar a propriedade sobre as terras concretizou-se na edição da Lei de Terras, em 1850, que dispunha, entre outros assuntos, sobre as terras

- A ocupadas pelos povos originários.
- B pertencentes aos latifundiários produtores de café.
- C pertencentes aos latifundiários produtores de cana-de-açúcar.
- D devolutas do Império português.
- E possuídas a título de capitania hereditária.

Questão 2

Os serviços notariais e de registro que prestarem conciliação e mediação deverão, de acordo com o Provimento CNJ n.º 149/2023, ter um livro de registro de conciliação e mediação, o qual deverá conter

- A os contratos dos advogados responsáveis pela assinatura dos acordos, no caso de sucesso da conciliação ou mediação.
- B o protocolo dos pedidos de conciliação e mediação.
- C os termos de audiência de conciliação ou mediação.
- D os contratos em que tenha sido determinada a conciliação ou mediação como forma de solução de conflitos.
- E a sentença homologatória dos acordos de conciliação ou mediação.

Questão 3

De acordo com as disposições do Provimento CNJ n.º 149/2023, a fiscalização do Cadastro Único de Beneficiários Finais (CBF) está a cargo

- A da Corregedoria Nacional de Justiça e das corregedorias estaduais.
- B das corregedorias estaduais e dos juízes corregedores.
- C apenas da Corregedoria Nacional de Justiça.
- D da Corregedoria Nacional de Justiça, das corregedorias estaduais e dos juízes corregedores.
- E apenas das corregedorias estaduais.

Questão 4

De acordo com o disposto na Lei n.º 6.015/1973, a identificação dos imóveis, no caso de desmembramento de terra rural, será obtida a partir

- A apenas da elaboração de memorial descritivo assinado por profissional habilitado, contendo as coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis rurais, georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, com a devida anotação de responsabilidade técnica (ART), dispensada a certificação.
- B da elaboração de memorial descritivo assinado por profissional habilitado, contendo as coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis rurais, georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, independentemente de anotação de responsabilidade técnica (ART), mas com a devida certificação pelo cartório de imóveis competente.
- C da elaboração de memorial descritivo assinado por profissional habilitado, contendo as coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis rurais, georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, com a devida anotação de responsabilidade técnica (ART) e certificação pelo cartório de imóveis competente.
- D apenas da elaboração de memorial descritivo assinado por profissional habilitado, contendo as coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis rurais, georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, independentemente de anotação de responsabilidade técnica (ART).
- E da elaboração de memorial descritivo assinado por profissional habilitado, contendo as coordenadas dos vértices definidores dos limites do imóvel rural, georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, com a devida anotação de responsabilidade técnica (ART) e certificação, pelo INCRA, de que a poligonal objeto do memorial descritivo não se sobrepõe a nenhuma outra constante de seu cadastro georreferenciado e de que o memorial atende às exigências técnicas.

Questão 5

Consoante a Lei de Registros Públicos, admitem-se a registro

- I escrituras públicas, inclusive as lavradas em consulados brasileiros.
- II escritos particulares, assinados pelas partes e testemunhas, dispensando o reconhecimento de firmas.
- III atos autênticos de países estrangeiros com força de instrumento público, legalizados e traduzidos na forma da lei e registrados no cartório do registro de títulos e documentos, assim como sentenças proferidas por tribunais estrangeiros após homologação pelo STF.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item II está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens I e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 6

José apresentou, no cartório de registro de imóveis, um título de segunda hipoteca, com referência expressa à existência de outra anterior.

Nessa situação hipotética, o oficial de registro deve, em conformidade com a Lei n.º 6.015/1973,

- A prenotar o título e emitir nota devolutiva com exigência de prévia inscrição da primeira hipoteca.
- B prenotar o título e aguardar durante 30 dias para que os interessados na primeira hipoteca promovam a devida inscrição.
- C prenotar o título e intimar os interessados na primeira hipoteca para promover a devida inscrição no prazo de 15 dias.
- D prenotar o título e comunicar o fato ao juiz corregedor.
- E recusar a prenotação do título.

Questão 7

O Provimento CNJ n.º 149/2023 prevê que os responsáveis pelas serventias extrajudiciais devem cumprir as disposições previstas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e nas normas expedidas

- A pelo Conselho Nacional de Proteção aos Dados Pessoais.
- B pelo Ministério da Justiça.
- C pela Agência de Regulação de Proteção de Dados.
- D pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais.
- E pelo Departamento de Polícia Federal.

Questão 8

Assinale a opção correta em relação ao testamento vital de paciente internado em hospital.

- A Os desejos dos familiares prevalecem sobre as diretivas antecipadas do paciente.
- B As diretivas antecipadas de vontade somente serão válidas se constarem do testamento vital, não sendo possível a comunicação direta de diretivas pelo paciente ao médico responsável.
- C Não sendo conhecidas as diretivas antecipadas de vontade do paciente nem havendo familiar ou representante designado presente, o médico deverá decidir, por si só, acerca dos procedimentos a tomar sobre cuidados e tratamentos a serem aplicados ao paciente quando este estiver incapacitado de expressar, livre e autonomamente, sua vontade.
- D Não sendo conhecidas as diretivas antecipadas de vontade do paciente, na falta de consenso entre os familiares, o médico deverá decidir, por si só, acerca dos procedimentos a tomar sobre cuidados e tratamentos a serem aplicados ao paciente quando este estiver incapacitado de expressar, livre e autonomamente, sua vontade.
- E O médico deve desconsiderar as diretivas antecipadas de vontade que, segundo sua análise, estiverem em desacordo com os preceitos ditados pelo Código de Ética Médica.

Questão 9

Assinale a opção correta no que diz respeito ao protesto de títulos.

- A Se o protesto tiver sido sustado por ordem judicial, o tabelião deverá encaminhar o título ao juiz que determinou a sustação.
- B Caso a ordem de sustação do protesto seja revogada, o tabelião deverá promover nova intimação do devedor.
- C Revogada a ordem de sustação do protesto, dispensa-se a realização do registro do protesto.
- D Tornada definitiva a ordem de sustação, o título será imediatamente devolvido para o apresentante desde que não haja determinação expressa ao contrário.
- E Antes da lavratura do protesto, o apresentante poderá retirar o título ou documento de dívida, devendo realizar o pagamento dos emolumentos e demais despesas.

Questão 10

Acerca da intimação do devedor, assinale a opção correta.

- A Considera-se cumprida a intimação quando comprovada a sua entrega no endereço indicado pelo apresentante do título.
- B Não é admissível a utilização de aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz para enviar as intimações.
- C Não se admite intimação por edital.
- D Para efeito de contagem de dias para a apuração dos prazos da intimação, considera-se dia útil aquele em que houver expediente do Poder Judiciário na localidade.
- E A intimação somente é considerada cumprida quando efetuada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e após devolução do aviso de recebimento.

Questão 11

Assinale a opção correta à luz do posicionamento do STJ acerca da natureza dos cartórios extrajudiciais.

- A Na hipótese de substituição do titular do cartório, a responsabilidade não se transmite ao sucessor.
- B Os referidos órgãos têm personalidade jurídica.
- C O patrimônio da serventia pertence a ela própria.
- D Os cartórios têm legitimidade passiva para ser parte em ações judiciais.
- E Os cartórios caracterizam-se como empresa.

Questão 12

De acordo com o Provimento CNJ n.º 149/2023, considera-se título nato-digital

- I o documento público ou particular gerado eletronicamente em PDF/A e assinado, por todos os signatários, com assinatura eletrônica.
- II o documento público ou particular para o qual seja exigível a assinatura apenas do apresentante desde que gerado eletronicamente em PDF/A e assinado por aquele com assinatura eletrônica qualificada ou com assinatura eletrônica avançada.
- III o documento desmaterializado por qualquer notário ou registrador, gerado em PDF/A e assinado por ele, seus substitutos ou prepostos, com assinatura qualificada ou avançada.

Assinale a opção correta.

- A Nenhum item está certo.
- B Apenas o item I está certo.
- C Apenas o item II está certo.
- D Apenas o item III está certo.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 13

Conforme as disposições do Código Nacional de Normas, instituído pelo Provimento CNJ n.º 149/2023, nos casos de reprodução assistida, será indispensável, para fins de registro e emissão de certidão de nascimento, a apresentação de

- I declaração de nascido vivo (DNV). ✓
- II declaração do diretor técnico da clínica, centro ou serviço de reprodução humana em que foi realizada a reprodução assistida, indicando que a criança foi gerada por reprodução assistida heteróloga, sem necessidade de que tal declaração seja submetida a reconhecimento de firma.
- III certidão de casamento, certidão de conversão de união estável em casamento, escritura pública de união estável ou sentença em que haja sido reconhecida a união estável dos pais. ✓

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 14

De acordo com o Código Nacional de Normas, a chancela consular tem a finalidade de

- A atestar a autenticidade da assinatura, da função ou do cargo exercido pelo signatário do documento e, quando cabível, a autenticidade do selo ou do carimbo nele apostado.
- B demonstrar que o documento foi assinado por autoridade pública pertencente ao Poder Executivo federal.
- C atribuir fé pública a documento público brasileiro, a fim de que este seja utilizado no exterior.
- D atestar a correta tradução de documento. ✗
- E atestar a origem do documento público, indicando expressamente o ente público competente que o elaborou.

Questão 15

Determinada mulher deseja ver reconhecida a paternidade de seu filho menor de idade, reconhecimento esse que não foi obtido, à época do registro da criança, pelo procedimento descrito no art. 2.º, *caput*, da Lei n.º 8.560/1992.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta de acordo com o Código Nacional de Normas.

- A O procedimento de reconhecimento de paternidade descrito na referida lei deverá ser observado, a qualquer tempo, caso a mãe, durante a menoridade do filho, compareça perante oficial de registro de pessoas naturais e aponte o suposto pai.
- B O procedimento de reconhecimento de paternidade descrito na referida lei será observado caso a mãe compareça, ainda que após a maioridade do filho, perante o oficial registrador e aponte o suposto pai.
- C Para que o procedimento de reconhecimento de paternidade descrito na referida lei seja observado, a mãe deverá, durante a menoridade do filho, comparecer perante o oficial registrador e apontar o suposto pai, que deverá anuir expressamente.
- D A mãe deverá aguardar, necessariamente, que o filho alcance a maioridade civil, para que este compareça ao registrador competente e requeira o reconhecimento da paternidade.
- E Para que o procedimento de reconhecimento de paternidade descrito na referida lei seja observado, a mãe deverá, durante a menoridade do filho, comparecer perante o oficial registrador juntamente com o suposto pai.

Questão 16

Conforme as disposições do Código Nacional de Normas, o reconhecimento da paternidade ou maternidade socioafetiva

- A deverá ser processado de modo que conste do trânsito menção à origem da filiação. ✗
 - B exigirá, no caso de filho menor de dezoito anos de idade, apenas a anuência do pai e da mãe, dispensada a do filho. ✗
 - C será processado perante oficial registrador, desde que este seja do mesmo local em que tenha sido lavrado o assento. ✗
 - D dependerá da exibição de documento de identificação com foto do requerente, sendo dispensado qualquer documento do filho.
- E será processado perante oficial registrador civil de pessoas naturais, ainda que este seja diverso daquele que tenha lavrado o assento.

Questão 17

Em determinado município da Federação, um oficial de registro civil retardou a emissão de certidão por mais de 30 dias, sem qualquer justificativa plausível. Apesar de ter sido repreendido pela autoridade judiciária competente, o referido oficial tornou-se reincidente em tal prática, tendo causado diversos prejuízos aos requerentes.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta de acordo com a Lei n.º 6.015/1973.

- A As partes prejudicadas podem reclamar diretamente à corregedoria-geral da justiça do respectivo estado, que, após ouvir o acusado, decidirá em cinco dias.
- B As partes prejudicadas podem reclamar diretamente à autoridade judiciária, que decidirá em cinco dias, independentemente de oitiva do acusado.
- C Quando injustificada a demora na emissão de certidão, o juiz que tomar conhecimento do fato poderá impor ao oficial multa de um a dez salários-mínimos, determinando a emissão da certidão atrasada em, no máximo, 48 horas, sob pena de detenção.
- D Quando injustificada a demora na emissão de certidão, o juiz que tomar conhecimento do fato poderá impor ao oficial multa de um a dez salários-mínimos, determinando a emissão da certidão em, no máximo, 24 horas, sob pena de prisão.
- E As partes prejudicadas podem reclamar diretamente à autoridade judiciária, que, após ouvir o acusado, decidirá em três dias.

Questão 18

Acerca do casamento em iminente risco de vida, assinale a opção correta em conformidade com a Lei dos Registros Públicos (Lei n.º 6.015/1976).

- A O relato verbal das testemunhas é suficiente para o processamento do pedido desse tipo de casamento.
- B Ocorrendo iminente risco de vida de algum dos contraentes e não sendo possível a presença da autoridade competente para presidir o ato, o casamento poderá acontecer se houver a presença de seis testemunhas. 10
- C As testemunhas desse tipo de casamento têm 15 dias, contados da data do casamento, para comparecer perante a autoridade judiciária mais próxima, a fim de que suas declarações sejam reduzidas a termo.
- D Caso as testemunhas, espontaneamente, não compareçam à autoridade judiciária, os interessados não poderão requerer sua intimação. ✗
- E Dada a urgência observada nesse tipo de casamento, é dispensada a verificação das condições de impedimento para o casamento.

Questão 19

Determinado casal, após anos de convivência, pretende ver reconhecida formalmente sua união estável, porém uma das partes continua formalmente casada. Ao ajuizarem a ação de reconhecimento da união estável, o pedido foi deferido pelo juiz competente. Após o trânsito em julgado da ação, o casal se dirigiu ao registro civil de pessoas naturais, a fim de promover o registro da união estável.

A partir da situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- A O registro da união estável em questão deverá ser promovido no livro D do registro civil de pessoas naturais em que os companheiros têm ou tiveram sua última residência.
- B Do registro da união estável em questão deverá constar o regime de bens atribuído à referida união, e, em caso de omissão, será aplicado o regime da comunhão universal de bens.
- C O registro da união estável em questão deverá ser promovido no livro E do registro civil de pessoas naturais em que os companheiros tiveram seu primeiro domicílio conjugal.
- X D Não será possível, em nenhuma hipótese, promover o registro da união estável em questão, uma vez que uma das partes continua formalmente casada.
- E O registro da união estável em questão deverá ser promovido no livro E do registro civil de pessoas naturais em que os companheiros têm ou tiveram sua última residência.

Questão 20

No que concerne aos parâmetros a serem observados para o assento de nascimento de filho havido por técnicas de reprodução assistida, assinale a opção correta, de acordo com o Código Nacional de Normas.

- A No caso de filhos de casais homoafetivos, é prescindível que o assento de nascimento seja adequado para que constem os nomes dos ascendentes.
- X B O assento de nascimento do filho deve ser inscrito no livro A, independentemente de prévia autorização judicial.
- C Para registro do nascimento, somente é obrigatório o comparecimento de um dos pais, em todos os casos.
- D O assento de nascimento do filho deve ser inscrito no livro E, independentemente de prévia autorização judicial.
- E O registro do nascimento do filho exigirá a participação da autoridade judicial competente.

Questão 21

Acerca do controle de constitucionalidade, assinale a opção correta, de acordo com a jurisprudência do STF.

- A As entidades que participam dos processos objetivos de controle de constitucionalidade na condição de amigos da corte têm legitimidade recursal para opor embargos de declaração em face da decisão final, desde que aportem informações relevantes aos processos.
- B Em atenção ao princípio da colegialidade e à reserva de plenário, todas as decisões, no âmbito do STF, formalizadas nas ações de controle concentrado devem ser proferidas pelo plenário do tribunal.
- X C Não se admite o controle concentrado de constitucionalidade de leis ou atos normativos municipais contra a lei orgânica do respectivo município.
- D A técnica da causa de pedir aberta, que caracteriza as ações de controle concentrado, confere aos interessados a faculdade de reabrir a discussão do mérito à luz de parâmetros de controle não invocados a tempo e modo.
- E O controle incidental de constitucionalidade, realizado pelos juizes de primeiro grau, depende de prévia declaração de inconstitucionalidade pelo tribunal ao qual o magistrado esteja vinculado.

Questão 22

A respeito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), assinale a opção correta, conforme a Constituição Federal de 1988 (CF) e a jurisprudência do STF.

- A É vedado ao CNJ estabelecer, mediante resolução, a facultatividade de representação por advogado ou defensor público nos centros judiciários de solução de conflitos e cidadania, sob pena de interferência na atividade jurisdicional.
- X B É constitucional a exigência de parecer prévio do CNJ em relação às proposições legislativas que criem e(ou) extingam cargos no Poder Judiciário.
- C O CNJ é presidido pelo presidente do STF, e, em caso de sua ausência ou de seu impedimento, pelo presidente do STJ.
- D Compete ao CNJ realizar, exclusivamente, o controle da atuação administrativa do Poder Judiciário.
- E O CNJ não possui competência para conhecer das reclamações contra serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro, porquanto essa atribuição está inserida nas competências disciplinar e correicional adstritas aos tribunais.

Questão 23

No que concerne à repartição de receitas tributárias estabelecida na CF, julgue os itens a seguir, considerando, no que couber, o entendimento jurisprudencial do STF.

- I A repartição de receitas tributárias da União com os municípios deverá ser realizada via fundos de participação.
- II O Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, criado com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais e sociais, estabelece a entrega de recursos da União aos estados e ao Distrito Federal, não contemplando entrega aos municípios.
- III A repartição de receitas tributárias da União com os estados e municípios contempla apenas impostos.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- X D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

**Questão 24**

De acordo com a CF e com a jurisprudência do STF, as comissões parlamentares de inquérito (CPI)

- A não podem promover a quebra de sigilo bancário dos investigados, uma vez que a matéria está sujeita à reserva de jurisdição.
- B não têm poderes para determinar a interceptação telefônica e a quebra de sigilo de correspondência dos investigados.
- C têm a prerrogativa de determinar busca e apreensão domiciliar na residência dos investigados.
- X D têm legitimidade para impedir que determinado cidadão investigado deixe o território nacional, promovendo a apreensão de seu passaporte, consideradas as competências sancionatórias das CPI.
- E não têm legitimidade para, durante a condução de investigação, determinar a quebra de sigilo fiscal dos investigados.

Questão 25

No que diz respeito à divisão funcional entre os Poderes, bem como aos mecanismos de contenção recíproca existentes entre eles, julgue os próximos itens.

- I Segundo o entendimento do STF, o decreto legislativo editado pelo parlamento que, direcionado à suspensão dos atos normativos do Poder Executivo, exorbita do poder regulamentar não pode ser submetido a controle pelo Poder Judiciário.
- II O voto presidencial de natureza parcial pode recair sobre trecho de artigo, de inciso, de parágrafo ou de alínea do diploma legal objeto do voto.
- III Os efeitos das súmulas vinculantes editadas pelo STF não alcançam os atos praticados pelo parlamento no exercício de sua competência legislativa.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item II está certo.
 B Apenas o item III está certo.
 C Apenas os itens I e II estão certos.
 D Apenas os itens I e III estão certos.
 E Todos os itens estão certos.

Questão 26

No que se refere à ordem social, assinale a opção correta, considerando a disciplina da matéria na CF.

- I A participação das instituições privadas, de forma complementar, no Sistema Único de Saúde dispensa contrato administrativo, devendo ser formalizada por meio de convênio.
- II Na área da educação, os municípios devem atuar prioritariamente nos ensinos fundamental e médio.
- III Nenhum benefício previdenciário pode ser inferior ao valor de um salário mínimo.
- IV As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento de investimento.
- V A filiação de pessoa participante de regime próprio de previdência ao regime geral de previdência social, na condição de segurado facultativo, é vedada pelo texto constitucional.

Questão 27

A respeito de aspectos atinentes ao Poder Legislativo, assinale a opção correta, observada a jurisprudência do STF.

- I As constituições estaduais não podem ampliar o rol de autoridades sujeitas à fiscalização direta do Poder Legislativo.
- II A deliberação do Poder Legislativo a respeito do voto presidencial deve ser discutida e votada em cada casa do Congresso Nacional, com a exigência de quórum mínimo de dois terços para a rejeição do voto.
- III As competências atribuídas aos tribunais de contas relativas ao controle externo não podem ir além da condição de mero auxiliar do Poder Legislativo.
- IV É compatível com o texto constitucional norma que atribua ao Poder Legislativo a prerrogativa de indicar membro para compor órgão da administração pública que desempenhe funções administrativas afetas ao Poder Executivo.
- V Conflita com o texto constitucional lei de iniciativa parlamentar que crie conselho de representantes da sociedade civil, integrante da estrutura do Poder Legislativo, com atribuição de acompanhar ações do Poder Executivo.

Questão 28

Compete privativamente à União legislar sobre

- A custas dos serviços forenses.
 B criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas.
 C produção e consumo.
 D juntas comerciais.
 E registros públicos.

Questão 29

Assinale a opção correta com base na jurisprudência do STF a respeito dos direitos e garantias fundamentais.

- I O direito ao gozo da licença-maternidade não alcança as mulheres contratadas pela administração pública por prazo determinado ou ocupantes de cargo em comissão demissível *ad nutum*.
- II O direito à licença-paternidade é garantia fundamental, tendo o STF reconhecido a omissão constitucional de sua regulamentação.
- III O servidor público tem direito adquirido à alteração da forma como será concedida a ele eventual vantagem funcional, considerada a garantia da irredutibilidade remuneratória.
- IV O direito fundamental à educação básica no ensino médio é norma de eficácia contida, carecendo de regulamentação.
- V A garantia da vedação à autoincriminação ostenta a condição de garantia fundamental absoluta, não podendo ser restringida.

Questão 30

A respeito da Constituição do Estado de Rondônia, julgue os itens seguintes.

- I A norma contida na Constituição do Estado de Rondônia que vedava a utilização do território estadual como depósito de resíduo ou lixo atômico foi considerada inconstitucional pelo STF, por invadir competência legislativa privativa da União.
- II O defensor público geral figura entre os legitimados para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo estadual ou municipal contestado em face da Constituição do Estado de Rondônia.
- III A Constituição do Estado de Rondônia estabeleceu o condicionamento da perda de mandato de deputados estaduais e de governador ao trânsito em julgado de decisão da justiça eleitoral, tendo o STF reconhecido a constitucionalidade desse preceito.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item II está certo.
 B Apenas o item III está certo.
 C Apenas os itens I e II estão certos.
 D Apenas os itens I e III estão certos.
 E Todos os itens estão certos.

Questão 31

As entidades definidas como pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que obtêm qualificação do poder público para realizar atividades de interesse público dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e à preservação do meio ambiente, bem como à cultura e à saúde, são as

- A empresas públicas.
 B organizações da sociedade civil de interesse público.
 C autarquias.
 D sociedades de economia mista.
 E organizações sociais.

Questão 32

A extinção do ato administrativo por descumprimento das condições fixadas pela administração pública ou por ilegalidade superveniente decorrente da conduta do beneficiário do ato configura hipótese de

- A anulação.
- B decadência administrativa.
- C cassação.
- D revogação.
- E convalidação.

Questão 33

Um servidor público civil do estado de Rondônia desferiu, durante o serviço e sem que estivesse em legítima defesa, ofensa física contra um colega de trabalho.

Nesse caso, segundo dispõe a Lei Complementar estadual n.º 68/1992, a conduta do servidor em apreço sujeita-o à pena de

- A repreensão.
- B suspensão de até 30 dias.
- C advertência.
- D demissão.
- E suspensão de até 10 dias.

Questão 34

De acordo com o disposto na Lei n.º 8.429/1992, a conduta de um agente público que pratica omissão dolosa visando facilitar o enriquecimento ilícito de terceiro

- A constitui ato de improbidade que atenta contra os princípios da administração pública.
- B não constitui ato de improbidade, por ser ato omissivo.
- C constitui ato de improbidade que causa prejuízo ao erário.
- D não constitui ato de improbidade, porque a lei apenas prevê improbidade nos casos de enriquecimento ilícito do próprio agente, e não de terceiros.
- E constitui ato de improbidade que importa enriquecimento ilícito.

Questão 35

Com base no Provimento CNJ n.º 149/2023, que institui o código que regulamenta os serviços notariais e de registro, julgue os próximos itens.

- I É vedada aos colaboradores do serviço notarial e de registro a adoção do regime de teletrabalho.
- II Desde que requerido por interessado devidamente identificado, o acesso às informações constantes nos livros de registro civil das pessoas naturais é livre, sendo realizado por meio de certidões de breve relato.
- III A recusa de celebração de casamento civil entre pessoas de mesmo sexo deverá ser comunicada ao juiz corregedor para que sejam tomadas as providências cabíveis.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 36

Conforme a jurisprudência do STF, o sistema de classificação das espécies tributárias adotado pelo ordenamento jurídico brasileiro corresponde ao modelo

- A tripartite.
- B sextapartite.
- C pentapartite.
- D bipartite.
- E quadripartite.

Questão 37

De acordo com o Código Tributário Nacional (CTN) e com a doutrina majoritária, a hipótese de incidência tributária corresponde ao

- A conjunto de situações futuras e abstratas descritas em lei cuja ocorrência enseja o nascimento de obrigação tributária.
- B ato de lançamento do crédito tributário, momento em que este é constituído.
- C conjunto de circunstâncias concretas que, uma vez ocorridas, geram o dever de pagar determinado tributo.
- D fato jurídico denominado fato gerador, o qual enseja o nascimento de um crédito tributário.
- E ato administrativo que impõe ao contribuinte a obrigação de pagar determinado tributo previsto em lei.

Questão 38

A respeito da prescrição tributária e da decadência tributária, assinale a opção correta.

- A A prescrição consiste na perda do direito de o fisco lançar o crédito tributário, e a decadência, na perda do direito de apurar a obrigação tributária.
- B A prescrição tributária é contada a partir do fato gerador do tributo, encerrando-se no momento do lançamento, ao passo que a decadência é contada a partir da inscrição em dívida ativa, sendo interrompida pelo ajuizamento da execução fiscal.
- C A prescrição e a decadência produzem os mesmos efeitos e aplicam-se indistintamente a qualquer fase do crédito tributário.
- D A prescrição extingue o crédito tributário antes de ele ser constituído, ao passo que a decadência extingue o crédito após sua constituição.
- E A prescrição extingue o direito de a fazenda pública exigir o crédito tributário já constituído, ao passo que a decadência extingue o direito de constituí-lo por meio do lançamento.

Questão 39

Assinale a opção em que são apresentados apenas impostos cuja instituição é de competência da União, de acordo com o disposto na CF.

- A ITR, ITCMD e IOF.
- B II, IE e ICMS.
- C IR, IPI e IOF.
- D ITR, ISSQN e IGF.
- E IR, IPVA e IPI.

Questão 40

A respeito de enfiteuse e laudêmio, assinale a opção correta.

- A Enfiteuse é uma espécie de tributo instituído pela União para a utilização de terrenos de marinha e outros bens públicos; laudêmio corresponde a uma obrigação acessória de natureza tributária, cobrada pelos municípios sempre que haja transmissão imobiliária.
- B A enfiteuse e o laudêmio configuram espécies de tributos patrimoniais, previstos implicitamente na CF, aplicáveis a imóveis pertencentes à União e arrecadados de forma vinculada para manutenção do domínio público.
- C Enfiteuse constitui uma forma de concessão administrativa que gera o dever de recolhimento de taxas específicas ao ente público; laudêmio é uma retribuição pecuniária de caráter fiscal exigida na transferência do imóvel, com natureza análoga ao ITBI.
- D Enfiteuse é uma figura de direito agrário, semelhante ao arrendamento rural, em que o foreiro paga valores periódicos ao proprietário pela exploração econômica do bem; laudêmio é o imposto incidente sobre a renda gerada pela cessão ou alienação do terreno foreiro.
- E Enfiteuse é um direito patrimonial que confere ao enfiteuta o domínio útil do imóvel mediante pagamento anual de foro; o laudêmio é a quantia paga ao senhorio direto pela transferência onerosa do domínio útil.

Questão 41

Segundo o Decreto-lei n.º 1.510/1976, a pessoa física equiparada a empresa individual em razão da exploração de atividades imobiliárias, caso já esteja equiparada em razão da exploração de outra atividade,

- A não poderá apresentar mais de uma declaração, devendo optar pela tributação exclusiva como pessoa física em relação às operações com imóveis, ainda que explore outra atividade equiparada.
- B poderá optar por duas declarações separadas, desde que ambas incluam integralmente os resultados de todas as atividades, para fins de compensação de prejuízos entre elas.
- C poderá optar por apresentar mais de uma declaração de rendimentos como pessoa jurídica, abrangendo, em uma delas, unicamente os resultados de operações com imóveis.
- D ficará obrigada a apresentar uma única declaração de rendimentos, consolidando em uma só apuração todos os resultados obtidos em suas diversas atividades, inclusive os de operações imobiliárias.
- E deverá apresentar declaração específica apenas para as operações imobiliárias, sendo-lhe vedado incluir nelas resultados de outras atividades empresariais ou profissionais.

Questão 42

A indústria Alfa S.A., cuja atividade principal é fabricação de alimentos, sem atuação no setor imobiliário, recebeu de seu acionista um imóvel urbano avaliado em R\$ 1.000.000 para integralização de capital no montante de R\$ 700.000. O excedente de R\$ 300.000 foi utilizado para quitar uma dívida particular do acionista junto à própria Alfa S.A. O município Y, local da sede da empresa, possui valor venal de referência para o IPTU e pretende cobrar o ITBI com base nesse valor de referência, que é de R\$ 1.200.000.

Considerando a situação hipotética precedente e o que estabelecem a CF, o CTN e a jurisprudência dominante dos tribunais superiores, assinale a opção correta a respeito da incidência de ITBI sobre a operação de integralização de capital descrita.

- A O ITBI incide apenas sobre o valor excedente à integralização, sendo a base de cálculo apurada com base no valor de mercado da transação.
- B Incide ITBI sobre todo o valor da operação porque a imunidade da integralização não vale para pessoas jurídicas com atividade não imobiliária.
- C O ITBI não incide sobre o montante da integralização, sendo a base de cálculo obrigatória o valor venal de referência municipal.
- D A base de cálculo do ITBI deve, no mínimo, corresponder ao valor venal de referência, que funciona como piso de tributação.
- E A operação é totalmente imune ao ITBI, uma vez que, conforme a CF e o entendimento do STF, o referido imposto não incide sobre o montante da integralização nem sobre seu excedente.

Questão 43

No julgamento da ADPF n.º 357, a respeito da ordem de preferência entre entes federados para a cobrança de créditos tributários e não tributários, o STF

- A concluiu que a autonomia e a isonomia entre os entes federados são incompatíveis com a hierarquização de seus créditos na execução fiscal.
- B limitou-se a afastar a preferência entre entes nas execuções de créditos não tributários, mantendo incólume a preferência legal da União para a cobrança judicial de créditos tributários em geral.
- C reconheceu que o princípio da isonomia não se aplica às disputas de preferência na execução fiscal, sendo aplicável apenas às distinções entre pessoas naturais, e não a relações entre entes federados.
- D reconheceu a recepção parcial dos dispositivos do CTN e da Lei de Execução Fiscal que estabeleceram a preferência da União sobre estados e municípios para a cobrança judicial de créditos, tendo preservado tal preferência apenas quanto aos créditos tributários, mas não quanto aos não tributários.
- E concluiu que o princípio federativo admite a fixação, por lei ordinária, de ordem de precedência entre os entes federados na cobrança judicial de seus créditos, desde que criteriosamente motivada pelo interesse público.

Questão 44

A Indústria Beta Ltda., localizada em Porto Velho – RO, remeteu, em 31/1/2025, mercadorias industrializadas à empresa comercial exportadora Ômega S.A., com fim específico de exportação. A carga seguiu para entreposto aduaneiro, tendo ocorrido os seguintes eventos: (i) furto de 10% do total das mercadorias em 10/6/2025; (ii) revenda interna por Ômega S.A. de 30% das mercadorias em 20/8/2025; (iii) devolução de 20% das mercadorias ao estabelecimento remetente em 20/9/2025; e (iv) exportação efetiva de 40% das mercadorias apenas em 5/10/2025. O transporte foi contratado pela remetente.

Tendo como referência a situação hipotética apresentada, assinale, à luz do disposto na Lei estadual n.º 688/1996, a opção correta em relação ao ICMS incidente na operação descrita.

- A saída com fim específico de exportação não é tributada, não incidência que subsiste mesmo se a exportação não se efetivar em 180 dias, aplicando-se, no máximo, a penalidade administrativa prevista em regulamento à empresa Ômega S.A.
- B O prazo para a efetivação da exportação é de 90 dias para todas as mercadorias; em caso de descumprimento do prazo, o devedor do imposto será a empresa Ômega S.A., e não o remetente.
- C A saída das mercadorias à empresa comercial exportadora não é alcançada pela não incidência tributária, razão por que o ICMS incide desde 31/1/2025 sobre toda a operação.
- D Embora não incida ICMS sobre a saída de mercadoria com fim específico de exportação, caso a exportação não seja efetivada em 180 dias, o estabelecimento remetente deve recolher o ICMS devido, inclusive o relativo ao transporte.
- E Como houve furto durante o trânsito, o remetente fica dispensado do recolhimento do ICMS, pois não houve fato gerador, mantendo-se a não incidência, independentemente de prazo.

Questão 45

Acerca dos emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços de tabelionato e de registro, assinale a opção correta.

- A Os serviços notariais e de registro são privados, por isso seu custo pode ser livremente pactuado entre as partes, observados os limites mínimo e máximo fixados pelo respectivo tribunal de justiça.
- B Os emolumentos têm natureza jurídica de contribuição, razão por que é desnecessário que guardem relação com o custo do serviço.
- C É constitucional destinar parcela dos emolumentos a qualquer despesa geral do estado, não sendo necessária a vinculação com o serviço notarial e registral.
- D Os emolumentos têm natureza de taxa e são fixados por norma estadual, observadas as normas gerais previstas na legislação federal.
- E Compete exclusivamente à União fixar, por lei federal, os valores dos emolumentos de todos os cartórios do país.

Questão 46

Segundo o Código Civil, o direito de anular, em razão de defeito no ato constitutivo, a constituição das pessoas jurídicas de direito privado

- A prescreve em 3 anos, contados da publicação de sua inscrição no registro.
- B decai em 4 anos, contados da sua inscrição no registro.
- C prescreve em 180 dias, contados da sua inscrição no registro.
- D decai em 180 dias, contados da sua inscrição no registro.
- E decai em 3 anos, contados da publicação de sua inscrição no registro.

Questão 47

De acordo com a jurisprudência do STJ, a hipótese de usufruto de imóvel que, instituído em testamento, envolve apenas a usufrutuária e a nua-proprietária configura espécie de direito

- A pessoal, não havendo impedimento para que a parte beneficiária busque a proteção do seu direito em relação à outra, independentemente do registro em cartório de registro de imóveis.
- B real, exigindo-se, para que a parte beneficiária busque a proteção do seu direito em relação à outra, o registro em cartório de registro de imóveis.
- C real, exigindo-se, para que a parte beneficiária busque a proteção do seu direito em relação à outra, o registro em cartório de títulos e documentos.
- D pessoal, podendo a parte beneficiária buscar a proteção do seu direito em relação à outra, independentemente do registro em cartório de registro de imóveis.
- E real, não havendo impedimento para que a parte beneficiária busque a proteção do seu direito em relação à outra, independentemente do registro em cartório de registro de imóveis.

Questão 48

Conforme entendimento do STJ, a cessão fiduciária de título de crédito

- A depende de registro em cartório de títulos e documentos para constituição da garantia, nos termos do Código Civil.
- B depende de registro em cartório de títulos e documentos para ser constituída, assim como ocorre na cessão fiduciária de coisa móvel infungível.
- C depende de registro em cartório de títulos e documentos para constituição da garantia, nos termos da Lei do Mercado de Capitais.
- D independe de registro em cartório de títulos e documentos para constituição da garantia, nos termos do Código Civil.
- E independe de registro em cartório de títulos e documentos para constituição da garantia, nos termos da Lei do Mercado de Capitais.

Questão 49

De acordo com o entendimento do STJ, o vencimento antecipado da dívida

- A altera o termo inicial do prazo prescricional da pretensão de cobrança do credor, que passa a ser contado da data do vencimento antecipado.
- B altera o termo inicial do prazo decadencial da pretensão de cobrança do credor, que passa a ser contado da parcela subsequente ao vencimento antecipado.
- C não altera o termo inicial do prazo prescricional da pretensão de cobrança do credor, que continua sendo contado da data do vencimento da última parcela originalmente pactuada.
- D não altera o termo inicial do prazo decadencial da pretensão de cobrança do credor, que continua sendo contado da data do vencimento da última parcela originalmente pactuada.
- E altera o termo inicial do prazo decadencial da pretensão de cobrança do credor, que passa a ser contado da data do vencimento antecipado.

Questão 50

Consoante entendimento do STJ, o prazo prescricional da ação regressiva proposta para o resarcimento do valor pago a título de indenização a vítima de acidente automobilístico tem início na data

- A do trânsito em julgado da sentença condenatória.
- B do efetivo pagamento do valor da condenação.
- C da sentença proferida pelo juízo de 1.º grau.
- D da propositura da ação de cobrança.
- E da prolação do acórdão pelo tribunal de 2.º grau.

Questão 51

Segundo a jurisprudência do STJ, imóvel localizado em loteamento irregular

- A pode ser adquirido por usucapião, mesmo sem o registro próprio no registro de imóveis.
- B somente pode ser adquirido por usucapião após a regularização fundiária do loteamento e o devido registro perante o cartório competente.
- C não pode ser adquirido por usucapião porque a aquisição da propriedade exige prévio registro imobiliário.
- D não pode ser adquirido por usucapião, uma vez que a inexistência de registro do loteamento torna o imóvel juridicamente inexistente para fins de aquisição de domínio.
- E não pode ser adquirido por usucapião porque a irregularidade do loteamento impede o reconhecimento de posse mansa e pacífica.

Questão 52

De acordo com o STJ, após a celebração de compromisso de compra e venda de bem imóvel, caso o promitente vendedor deixe de outorgar a escritura definitiva, o promitente comprador poderá pleitear em juízo, a

- A obrigação de fazer, consistente na outorga da escritura definitiva, sendo desnecessária a quitação integral do valor avençado quando houver ocorrido a prescrição das parcelas que compõem o saldo devedor.
- B adjudicação compulsória, sendo desnecessária a quitação integral do valor avençado quando houver ocorrido a prescrição das parcelas que compõem o saldo devedor.
- C adjudicação compulsória, condicionada à quitação integral do valor avençado, ainda que tenha ocorrido a prescrição das parcelas que compõem o saldo devedor.
- D obrigação de fazer, condicionada à quitação integral do valor avençado, ainda que tenha ocorrido a prescrição das parcelas que compõem o saldo devedor.
- E resolução do contrato, com devolução das parcelas pagas, nos casos em que não tenha ocorrido a quitação integral do preço.

Questão 53

Conforme entendimento do STJ, no caso de inadimplemento contratual decorrente do atraso na entrega do imóvel, após o término do prazo de tolerância previsto no contrato, os lucros cessantes

- A exigem comprovação concreta, cabendo ao comprador demonstrar a perda patrimonial sofrida.
- B são presumidos, devendo ser calculados em valor fixo previamente estipulado no contrato.
- C exigem comprovação, sendo necessária demonstração específica do prejuízo, ainda que decorrente da impossibilidade de uso do imóvel.
- D devem ser provados e calculados com base no valor dos aluguéis que o comprador deixou de pagar ou no valor médio dos aluguéis que o imóvel poderia ter rendido caso tivesse sido entregue na data contratada.
- E são presumidos e calculados com base no valor dos aluguéis que o comprador deixou de pagar ou no valor médio dos aluguéis que o imóvel poderia ter rendido caso tivesse sido entregue na data contratada.

Questão 54

Segundo entendimento do STJ, o dano moral indireto ou reflexo

- A decorre de ato lesivo ao direito pessoal de uma pessoa, repercutindo, de forma mediata, em direitos pessoais de terceiro, em razão de seu vínculo afetivo estreito com aquele diretamente atingido.
- B decorre de ato lesivo ao direito personalíssimo de uma pessoa, repercutindo, de forma mediata, em direitos pessoais de terceiro, em razão de seu vínculo afetivo estreito com aquele diretamente atingido.
- C decorre de ato lesivo ao direito patrimonial de uma pessoa, repercutindo, de forma mediata, em direitos personalíssimos de terceiro.
- D decorre de ato lesivo ao direito personalíssimo de uma pessoa, repercutindo, de forma mediata, em direitos personalíssimos de terceiro, em razão de seu vínculo afetivo estreito com aquele diretamente atingido.
- E é inadmissível, pois a reparação por danos morais cabe apenas ao titular do bem jurídico diretamente atingido, não se estendendo a terceiros atingidos de forma mediata.

Questão 55

De acordo com o disposto no Código Civil e com o entendimento do STJ, se a vítima tiver concorrido culposamente para o evento danoso, a sua indenização deverá ser

- A excluída integralmente, uma vez que a culpa concorrente da vítima afasta o dever de indenizar do autor do dano.
- B mantida integralmente, pois a culpa da vítima não interfere na responsabilidade civil do autor do dano.
- C reduzida segundo percentuais previamente previstos em lei, considerada a intensidade da culpa da vítima em relação à do autor do dano.
- D proporcional à extensão da participação da vítima e do autor do dano na produção do evento danoso, conforme avaliação do julgador quanto à dinâmica dos fatos e das provas coligidas nos autos.
- E fixada na proporção de 50% do valor estipulado para o dano, independentemente do grau de culpa.

Questão 56

Segundo entendimento do STJ, a inexistência de crédito e de estado de insolvência do devedor, decorrente da nulidade da fiança que garantia o crédito alegado na ação pauliana,

- A não impede a declaração de ineficácia dos atos de disposição patrimonial, mas afasta a possibilidade de reconhecimento de fraude contra credores.
- B impede a declaração de ineficácia dos atos de disposição patrimonial, mas não afasta a possibilidade de reconhecimento de fraude contra credores.
- C impede a declaração de ineficácia dos atos de disposição patrimonial apenas se o credor não demonstrar a boa-fé objetiva do devedor e a existência de prejuízo efetivo.
- D impede a declaração de ineficácia dos atos de disposição patrimonial, afastando a possibilidade de reconhecimento de fraude contra credores.
- E não impede a declaração de ineficácia dos atos de disposição patrimonial, mas não afasta a possibilidade de reconhecimento de fraude contra credores.

Questão 57

Consoante entendimento do STJ, o prazo para a propositura da ação redibitória, decorrente de vício oculto em bem móvel é

- A prescricional de 180 dias, contado a partir da ciência do vício.
- B decadencial de 180 dias, contado a partir da ciência do vício.
- C prescricional de 30 dias, contado a partir da entrega efetiva do bem.
- D decadencial de 30 dias, contado a partir da entrega efetiva do bem.
- E decadencial de 15 dias, contado a partir da alienação se o adquirente já estava na posse do bem.

Questão 58

Segundo entendimento do STJ em relação ao valor da coisa objeto da evicção, o evicto, pela perda sofrida, tem o direito à restituição integral do valor do bem, calculado ao tempo em que

- A dele foi desapossado, sendo, via de regra, quando decisão judicial transitada em julgado negar ao adquirente seu direito à coisa, considerado o valor do negócio celebrado entre as partes litigantes.
- B dele foi desapossado, sendo, via de regra, quando decisão judicial transitada em julgado negar ao adquirente seu direito à coisa, considerado o valor de mercado ao tempo da celebração do negócio.
- C realizado o negócio jurídico, sendo considerado o preço do imóvel à época, corrigido monetariamente.
- D realizado o negócio jurídico, sendo considerado o valor de mercado ao tempo da celebração do negócio entre as partes litigantes.
- E dele foi desapossado, sendo, via de regra, quando decisão judicial transitada em julgado negar ao adquirente seu direito à coisa, considerado o valor do bem apurado no momento da perda sofrida.

Questão 59

Acerca da eficácia do instrumento de cessão de direitos ou de crédito perante terceiros, é correto afirmar, à luz da jurisprudência do STJ, que o instrumento de cessão de direitos ou de crédito

- A depende de averbação junto ao título original, sob pena de nulidade absoluta, ainda que o cessionário tenha notificado o devedor.
- B terá eficácia perante terceiros se registrado no registro público competente.
- C só produz efeitos após a anuência expressa do devedor, não bastando a simples notificação.
- D pode ser oponível a terceiros mesmo sem registro, desde que haja prova inequívoca da tradição do crédito e boa-fé do cessionário.
- E dispensa o registro em cartório, sendo suficiente a notificação do devedor para que produza efeitos perante terceiros.

Questão 60

De acordo com entendimento do STJ, aplica-se a teoria da imprevisão quando a onerosidade excessiva decorrer de

- A contratos derivativos quando presentes os riscos e o desequilíbrio econômico-financeiro.
- B aumento salarial dos empregados da contratada, em decorrência de dissídio coletivo, com vistas à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo.
- C pragas em contratos agrícolas.
- D estiagem em contratos agrícolas.
- E pandemia, em relação à empresa de *cotworking*, quando comprovada a drástica redução do faturamento durante o período pandêmico.

Questão 61

O Ministério Públíco de determinado estado da Federação ajuizou ação de improbidade administrativa em face do delegatário do Cartório de Registro de Imóveis X, imputando-lhe a prática de ato de improbidade que resultou em enriquecimento ilícito (acrúscimo patrimonial indevido). Na petição inicial, entre outras medidas, o Ministério Públíco apresentou requerimento de indisponibilidade de bens do réu.

Nessa situação hipotética, de acordo com a lei que rege a ação de improbidade administrativa, a medida de indisponibilidade de bens do réu

- A pode ser substituída, caso seja deferida pelo juiz, por caução, fiança bancária ou seguro-garantia judicial, a requerimento do réu.
- B somente poderá ser decretada após o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- C pode ser concedida independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao processo.
- D deve ser objeto de decisão interlocutória que, nesse momento processual, será irrecorrível.
- E deve incluir, além do valor do resarcimento ao erário, também a quantia estimada necessária ao pagamento de eventual multa civil.

Questão 62

Determinada associação de notários e registradores pretende questionar ato concreto do CNJ que afetou interesses de seus associados.

Nessa situação hipotética, considerada a possibilidade de ajuizamento de ação anulatória pelo procedimento comum ou de mandado de segurança para a tutela dos direitos dos associados, conforme a jurisprudência dos tribunais superiores, a competência

- A para o julgamento do mandado de segurança será do STJ e, para o da ação anulatória, da justiça federal de 1.^a instância.
- B para o julgamento de ambas as ações será da justiça federal de 1.^a instância.
- C para o julgamento de ambas as ações será do STF.
- D para o julgamento do mandado de segurança será do STF e, para o da ação anulatória, da justiça federal de 1.^a instância.
- E para o julgamento de ambas as ações será do STJ.

Questão 63

Assinale a opção correta no que se refere ao regime processual aplicável à advocacia pública, ao Ministério Público, à defensoria pública, aos magistrados e aos terceiros.

- A litigância de má-fé pode ser reconhecida de ofício pelo juiz, caso em que o litigante temerário deve ser condenado a pagar multa e arcar com os honorários advocatícios.
- B O ajuizamento de ação contra a fazenda pública caracteriza, por si só, hipótese de intervenção obrigatória do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica.
- C A defensoria pública, ao referendar acordo firmado em procedimento administrativo sob sua condução, outorga ao instrumento a qualidade de título executivo judicial.
- D No caso de revelia do assistido, cessa automaticamente a atuação de seu assistente simples.
- E Os prazos do ente público, no cumprimento de sentença ou na execução que ajuizar, devem ser contados de forma simples.

Questão 64

Ao julgar procedente reclamação constitucional de sua competência, o STF, de acordo com seu entendimento jurisprudencial,

- A deve, obrigatoriamente, realizar novo julgamento de mérito da decisão reclamada, resolvendo, de modo definitivo, a causa originária.
- B pode, além de cassar o ato impugnado, adotar providência que se revele adequada à solução da controvérsia, podendo até mesmo julgar o mérito da causa originária ou extinguir o feito originário sem resolução de mérito.
- C deve, obrigatoriamente, limitar-se à cassação do ato reclamado, não havendo possibilidade de adoção de qualquer outra providência jurisdicional.
- D pode realizar o exame da causa principal somente para prolatar decisão de extinção do processo sem resolução do mérito, sendo-lhe vedado o exame do mérito da causa originária.
- E somente pode adotar providência diversa da de cassar o ato reclamado se essa tiver natureza cautelar e temporária, sendo-lhe vedado o exame do mérito da causa.

Questão 65

Julgue os itens a seguir, relativos à forma dos atos processuais, aos prazos, aos deveres e à sucessão das partes e dos procuradores, com base no disposto no CPC.

- I Os negócios jurídicos processuais somente terão validade quando realizados antes do ajuizamento da ação, como ocorre no caso da eleição de foro.
- II O juiz deve reputar como tempestivo o ato processual que venha a ser praticado antes da abertura formal do prazo legal.
- III Uma vez reconhecida a derrota da parte ré, a sentença a condenará ao pagamento de honorários de sucumbência à parte vencedora.
- IV No caso de ação reivindicatória em que o réu tenha alienado bem móvel a terceiro por ato entre vivos, a título particular, as partes originárias devem permanecer no processo, só podendo ocorrer sucessão processual no polo passivo se houver concordância do autor da ação.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e IV.
- D I, III e IV.
- E II, III e IV.

Questão 66

No que diz respeito à aplicação da lei penal brasileira, assinale a opção correta.

- A Crimes contra o patrimônio de empresa pública federal cometidos fora do Brasil estão sujeitos apenas à lei do local da prática da conduta delituosa.
- B Crimes de genocídio praticados por estrangeiro domiciliado no Brasil são casos de extraterritorialidade condicionada.
- C O Brasil só aplica a lei penal a crimes cometidos no estrangeiro quando houver tratado específico que disponha sobre a matéria.
- D O agente que atenta contra a vida do presidente da República fora do território nacional permanece sujeito à lei penal brasileira, ainda que já tenha sido julgado e absolvido no exterior, por se tratar de hipótese de extraterritorialidade de aplicação automática.
- E A lei penal brasileira não se aplica a crimes praticados contra a administração pública por servidores a seu serviço no exterior.

Questão 67

De acordo com a teoria geral da pena, assinale a opção correta sob a ótica das teorias que discutem as finalidades da pena.

- A De acordo com a teoria absoluta, a pena deve ser aplicada exclusivamente como meio de ressocialização, desconsiderando-se o desvalor da ação praticada.
- B Segundo a teoria mista, a pena deve cumprir finalidades políticas e ideológicas de controle social, independentemente de parâmetros de justiça penal individual.
- C Consoante a teoria relativa da pena, sob a vertente da prevenção geral positiva, a pena é instrumento de comunicação normativa e fortalecimento da confiança no direito.
- D A fundamentação da sanção penal no ordenamento jurídico brasileiro repousa exclusivamente na ideia de reprevação da conduta delitiva, que expressa um juízo de censura baseado na culpabilidade do agente, de modo a legitimar a pena como resposta autônoma ao injusto penal.
- E A teoria da prevenção especial positiva visa à intimidação do agente, buscando evitar a reincidência pela imposição do sofrimento carcerário.

Questão 68

Um cidadão brasileiro residente na Itália foi condenado naquele país pela prática de crime contra a vida. Cumpriu 10 anos de medida de segurança de internação em hospital psiquiátrico italiano, em razão de doença mental superveniente. Após retornar ao Brasil, foi instaurada ação penal por crime de homicídio praticado anteriormente no território nacional e, tendo sido reconhecida sua inimputabilidade ao tempo do fato, foi-lhe aplicada medida de segurança de internação, com prazo mínimo de 3 anos. A defesa requereu o cômputo do tempo de internação cumprido na Itália para fins de detração da medida aplicada no Brasil.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta à luz do disposto no Código Penal (CP) e da jurisprudência dos tribunais superiores.

- A O tempo de internação cumprido na Itália deve ser computado na medida de segurança aplicada no Brasil, em razão da detração penal expressamente prevista no CP brasileiro, que se estende tanto à pena privativa de liberdade quanto à medida de segurança.
- B O tempo cumprido no exterior só poderá ser computado se reconhecida a identidade absoluta entre o delito julgado na Itália e aquele processado no Brasil, aplicando-se por analogia o art. 8.º do CP.
- C O tempo de internação cumprido no exterior só poderá ser computado se houver identidade entre os regimes jurídicos de execução da medida de segurança no Brasil e na Itália, pois a detração exige equivalência normativa absoluta.
- D O tempo cumprido no exterior jamais pode ser computado, porque a medida de segurança tem natureza eminentemente terapêutica, incompatível com a ideia de detração.
- E A detração prevista no CP somente se aplica ao tempo de prisão provisória, administrativa ou de internação cumprido em território nacional, não sendo possível o aproveitamento do período executado no exterior.

Questão 69

Prefeito municipal ordenou operação de crédito sem autorização legislativa (CP, art. 359-A) e, após o devido processo legal, foi condenado a 1 ano e 6 meses de reclusão, tendo-lhe sido aplicada a agravante da reincidência em virtude de condenação anterior por crime diverso.

Com base nessa situação hipotética e no disposto no CP, assinale a opção correta.

- A É possível a suspensão condicional da pena (CP, art. 77) por até 4 anos, já que o quantum da pena não excede 2 anos.
- B É inaplicável o efeito secundário da condenação relativo à perda do cargo ou inabilitação previsto no art. 92 do CP, por haver previsão e consequências específicas.
- C O regime inicial deverá ser obrigatoriamente aberto, pois se trata de crime funcional próprio, ainda que o réu seja reincidente.
- D A pena de multa é substitutiva obrigatória, pois todos os crimes contra as finanças públicas são sancionados cumulativamente com multa.
- E A pena privativa de liberdade poderá ser substituída por duas restritivas de direitos, apesar da reincidência, desde que a medida seja socialmente recomendável.

Questão 70

Acerca do instituto do livramento condicional, assinale a opção correta.

- A O requisito subjetivo atinente ao bom comportamento carcerário para fins de obtenção do livramento condicional deve ser aferido nos 12 meses anteriores à decisão.
- B É possível, segundo previsão legal, a concessão de livramento condicional ao condenado reincidente por crime doloso a 8 meses de reclusão, em regime inicial fechado, após o cumprimento de 4 meses de reclusão. 50%
- C Deve ser descontado da pena o tempo em que o condenado esteve solto caso ocorra a revogação do livramento condicional decorrente de condenação por outro crime anterior àquele benefício.
- D O juiz deverá revogar o livramento condicional caso o liberado seja condenado, irrecorreviamente, por crime, ainda que a pena imposta não seja privativa de liberdade.
- E Caso o condenado que esteja em cumprimento de livramento condicional seja processado pelo cometimento de outro delito na constância do benefício, o período de prova será automaticamente suspenso, independentemente de decisão judicial, não sendo possível a extinção da punibilidade pelo fim do período de prova.

Questão 71

Durante o julgamento de recurso especial em matéria penal no STJ, uma das turmas contava, excepcionalmente, com apenas quatro ministros presentes, em razão de licença médica de um de seus integrantes. Após a sustentação oral, o julgamento terminou com empate de dois votos a dois quanto ao provimento do recurso.

Nessa situação hipotética, de acordo com o disposto na Lei n.º 8.038/1990, com a redação dada pela Lei n.º 14.836/2024,

- A o julgamento deve ser adiado até o retorno do ministro ausente, para a garantia da formação de quórum completo e observância da maioria absoluta.
- B o empate não modifica o resultado do julgamento, devendo o processo retornar para nova inclusão em pauta após a recomposição do colegiado.
- C o empate deve ser resolvido mediante convocação de ministro substituto, a fim de que a decisão seja tomada pela maioria absoluta de membros da turma.
- D o empate só gera resultado favorável ao réu quando se tratar de *habeas corpus* originário ou recursal, não se aplicando aos recursos de natureza criminal.
- E o empate implica a proclamação imediata da decisão mais favorável ao indivíduo imputado, ainda que o julgamento tenha ocorrido com composição incompleta do colegiado.

Questão 72

Durante investigação criminal por crime de estelionato, a autoridade policial apreendeu diversos objetos de valor que estavam em poder de Carlos, terceiro não indiciado no inquérito. Concluída a investigação, o advogado de Carlos requereu a restituição dos bens apreendidos, sob a alegação de boa-fé na aquisição. O juiz, diante da dúvida sobre o direito de propriedade e da existência de indícios de que os bens foram adquiridos com proveitos da infração, determinou a autuação do pedido em apartado e abriu prazo às partes para a comprovação de seus direitos.

Considerando a situação hipotética apresentada e o disposto no Código de Processo Penal (CPP), assinale a opção correta.

- A) O incidente de restituição deve ser processado nos próprios autos, cabendo ao juiz decidir após manifestação do Ministério Público.
- B) Mesmo em caso de dúvida sobre a propriedade, a restituição é possível se o bem não mais interessar ao processo, aplicando-se o princípio da utilidade da prova.
- C) Havendo dúvida quanto ao direito de propriedade, o pedido de restituição deve ser autuado em apartado, e apenas o juiz criminal tem competência para decidir o incidente.
- D) Os bens apreendidos somente poderão ser restituídos após o trânsito em julgado da sentença final, ainda que não interessem mais ao processo.
- E) A restituição poderia ter sido determinada de plano pela autoridade policial, ainda que houvesse dúvida sobre o direito do reclamante, desde que este assinasse termo de responsabilidade.

Questão 73

Com base no disposto no CPP acerca das citações e intimações, assinale a opção correta.

- A) A citação com hora certa poderá ser realizada quando o oficial de justiça verificar que o réu não é encontrado por motivo de força maior, como guerra ou epidemia, sendo desnecessária a nomeação de defensor dativo.
- B) O acusado citado por edital que não comparecer nem constituir advogado será julgado à revelia, prosseguindo-se normalmente o processo até a sentença final.
- C) O processo penal só se forma validamente após o recebimento da denúncia, sendo a citação ato de mera comunicação ao acusado.
- D) A citação por edital é cabível quando o réu não for encontrado, devendo o juiz fixar prazo entre 15 e 90 dias, conforme as circunstâncias, e observar a publicação e a afixação do edital, sob pena de nulidade.
- E) Caso o acusado se oculte para não ser citado, será realizada citação com hora certa e, completada a citação, se ele não comparecer, ser-lhe-á nomeado defensor dativo.

Provinha

só aí!

Questão 74

Assinale a opção correta a respeito da infiltração de agentes de polícia, de acordo com o disposto na Lei n.º 12.850/2013.

- A) A infiltração de agentes poderá ser determinada de ofício pelo juiz, desde que haja urgência e se demonstre que a prova não pode ser produzida por outros meios disponíveis.
- B) A identidade do policial infiltrado não poderá ser alterada, sob pena de nulidade da prova obtida, ainda que a alteração tenha sido determinada por decisão judicial sigilosa.
- C) A infiltração de agentes de polícia depende de autorização judicial prévia, circunstanciada, motivada e sigilosa, sendo admitida apenas quando a prova não puder ser obtida por outros meios.
- D) O prazo para a infiltração de agentes virtuais, operação que deve ser autorizada judicialmente, é de até 6 meses, sendo vedada qualquer renovação ou prorrogação.
- E) A operação de infiltração pode ser deflagrada sem prévia autorização judicial, desde que o Ministério Pùblico comunique-a ao juiz em até 24 horas, assegurado o sigilo da operação.

Questão 75

No que concerne aos aspectos processuais do recurso de agravo em execução, assinale a opção correta.

- A) O agravo em execução possui, como regra, efeito apenas devolutivo, aplicando-se-lhe subsidiariamente o procedimento do recurso em sentido estrito previsto no CPP.
- B) O agravo em execução é cabível exclusivamente contra decisões terminativas do processo de execução, não alcançando as interlocutórias proferidas pelo juiz da execução penal.
- C) O prazo para interposição do agravo em execução é de dez dias, contado da ciência da decisão, conforme previsão expressa da Lei de Execução Penal.
- D) O agravo em execução segue o procedimento do agravo de instrumento previsto no CPC e deve ser interposto no prazo de 15 dias, com efeito suspensivo automático.
- E) O agravo em execução deve ser interposto diretamente perante o tribunal competente mediante petição dirigida ao relator, dispensando-se a retratação pelo juiz da execução.

Questão 76

No que se refere às disposições do Código Comercial de 1850 em face da edição do Código Civil de 2002, assinale a opção correta.

- A) O Código Comercial de 1850 foi totalmente revogado pelo Código Civil de 2002.
- B) O Código Comercial de 1850 foi parcialmente revogado, tendo sido preservada a sua primeira parte, que trata da compra e venda mercantil.
- C) O Código Comercial de 1850 foi parcialmente revogado, tendo sido preservados os dispositivos referentes ao comércio marítimo.
- D) O Código Comercial de 1850 permanece vigente em sua integridade.
- E) Tal como o Código Civil de 2002, o Código Comercial de 1850 baseava-se na teoria da empresa.

Questão 77

Assinale a opção em que é corretamente citado o princípio do direito empresarial que se desdobra em condições fundamentais para o funcionamento eficiente do modo de produção capitalista.

- A) liberdade de concorrência ✓
- B) limitação da responsabilidade dos sócios
- C) liberdade de iniciativa ✓
- D) garantia e defesa da propriedade privada
- E) preservação da empresa

Questão 78

A respeito do empresário e de sua responsabilidade, assinale a opção correta.

- A Os sócios administradores de uma sociedade empresária são considerados empresários.
- B Em nenhuma hipótese os bens pessoais dos sócios nas sociedades de responsabilidade limitada responderão pelas dívidas empresariais.
- C O conceito de empresário restringe o exercício da atividade econômica à pessoa física.
- D A responsabilidade social do empresário individual é direta, porém limitada ao valor integralizado do capital societário.
- E A responsabilidade do sócio de uma sociedade empresária é subsidiária, e até mesmo limitada, conforme o tipo societário utilizado.

Questão 79

Em relação à capacidade e aos impedimentos para exercer a atividade empresarial, assinale a opção correta.

- A Militares da ativa não ocupantes de patentes de oficiais podem exercer atividade de administração e ser acionistas e/ou cotistas de empresa.
- B Leiloeiro devidamente registrado na junta comercial poderá constituir sociedade de qualquer espécie ou denominação.
- C Aquele que exerce atividade rural é equiparado a empresário, independentemente de inscrição no registro público de empresas mercantis.
- D Pessoas condenadas, ainda que temporariamente, a penas que impeçam o acesso a cargos públicos estão impedidas de exercer administração de sociedades empresariais, enquanto perdurarem os efeitos da condenação.
- E Cônjuges são impedidos de constituir sociedade empresarial entre si, independentemente do regime de casamento.

Questão 80

Assinale a opção correta em relação ao empresário individual.

- A Os riscos da sociedade são suportados pelo empresário individual, limitados ao valor do seu capital, não alcançando seus bens pessoais.
- B O cadastro do empresário individual é o seu CPF, não havendo, portanto, emissão de CNPJ para o empresário individual.
- C As atividades de empresário individual podem ser exercidas por servidor público desde que sejam compatíveis com o cargo por ele ocupado.
- D Os bens destinados pelo empresário individual à exploração de sua atividade não respondem por suas dívidas pessoais.
- E Os bens do empresário individual respondem pelas dívidas comerciais que esse empresário contrair no exercício de suas atividades.

Questão 81

No que diz respeito à inscrição do empresário no registro público de empresas mercantis, assinale a opção correta.

- A A inscrição do empresário no registro público de empresas mercantis de sua sede é isenta da inscrição de filial em jurisdição de outro registro público.
- B A inscrição do empresário no registro público de empresas mercantis da respectiva sede é requisito para sua caracterização como empresário. *Regrador*
- C O empresário individual, ao solicitar sua inscrição no registro público de empresas mercantis, está dispensado de informar o capital social ainda pendente de integralização.
- D O empresário que exerce atividade rural como sua principal profissão pode requerer sua inscrição no registro público de empresas mercantis da respectiva sede.
- E A inscrição do empresário no registro público de empresas mercantis deve ser efetivada concomitantemente ao início de suas atividades empresariais, sob pena de caracterizar-se o exercício irregular da empresa.

Questão 82

À luz das disposições da Lei Complementar nº 123/2006, acerca das microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), assinale a opção correta.

- A Para se beneficiarem do tratamento diferenciado e favorecido previsto na referida lei, as empresas de pequeno porte devem auferir, em cada ano-calendário, lucro líquido superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00.
- B Representante, no Brasil, de pessoa jurídica com sede no exterior não poderá beneficiar-se do tratamento jurídico diferenciado previsto na referida lei, mesmo que cumpridas as exigências previstas para tanto.
- C O cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias acessórias não é objeto das normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido previsto na referida lei.
- D Por não serem consideradas ME nem EPP, as sociedades simples não se beneficiam do tratamento diferenciado e favorecido concedido àquelas empresas pela referida lei.
- E Pessoa jurídica constituída sob a forma de cooperativa de crédito poderá beneficiar-se do tratamento jurídico diferenciado previsto na referida lei.

Questão 83

No que diz respeito ao preposto do empresário e à sua atuação, assinale a opção correta.

- A A atuação culposa do preposto decorrente de imperícia acarreta sua responsabilidade solidária com o preponente.
- B Caso o empresário possua mais de um gerente, eles respondem, individual e subsidiariamente, pelos seus atos, salvo alguma estipulação expressa em sentido diverso.
- C O preposto que, sem autorização escrita, faz-se substituir no desempenho da preposição responde pessoalmente pelos atos do substituto e pelas obrigações por este contraídas.
- D Mesmo com autorização expressa, o preposto não pode concorrer direta ou indiretamente com seu preponente, devendo responder por perdas e danos caso o faça.
- E Sem autorização por escrito, o preponente não responde pelos atos relativos à atividade da empresa praticados por preposto nos seus estabelecimentos.

Questão 84

Acerca do nome empresarial, assinale a opção correta.

- A O nome empresarial tem a função objetiva primordial de garantir fama, renome e reputação àquele que exerce atividade empresarial.
- B A denominação exerce a função de assinatura do empresário, enquanto a firma é um elemento identificador da sociedade.
- C Nome empresarial é aquele sob o qual o empresário individual e as sociedades empresárias se obrigam nos atos decorrentes do exercício de suas atividades.
- D Firma é a espécie de nome empresarial que deve designar o objeto da empresa, podendo nela ser adotados nome civil ou qualquer outra expressão.
- E Denominação é a espécie de nome empresarial que deve conter o nome civil do empresário ou dos sócios da sociedade empresária e que pode conter o ramo de atividade.

Questão 85

Assinale a opção correta em relação a conceitos no direito empresarial e ao contrato de trespasse.

- A O registro do contrato de trespasse na junta comercial e sua posterior publicação na imprensa oficial são condições de eficácia perante terceiros.
- B No contrato de trespasse, diante da insuficiência de bens para solver o passivo do alienante, a eficácia da alienação dependerá do pagamento de todos os credores ou do consentimento expresso destes.
- C Estabelecimento empresarial é conceituado como o conjunto de bens materiais indispensáveis para o exercício das atividades empresariais.
- D O estabelecimento comercial ou ponto de negócio é definido como o local em que o empresário exerce suas atividades.
- E Considera-se estabelecimento da sociedade empresária o local onde se exerce a atividade empresarial.

Questão 86

No que se refere ao direito de propriedade industrial e ao direito autoral, assinale a opção correta.

- A No direito autoral, o ato de concessão da proteção tem efeito constitutivo.
- B No direito de propriedade industrial, a proteção é conferida desde o momento da criação.
- C No direito de propriedade industrial, o ato de concessão tem efeito meramente declaratório.
- D O direito de propriedade industrial protege uma técnica — invenções, modelos de utilidade, desenhos industriais e marcas —, ao passo que o direito autoral protege a obra em si.
- E No direito autoral, a proteção é assegurada a quem efetivamente buscá-la junto ao órgão competente e a obtiver antes dos demais interessados.

Questão 87

Assinale a opção em que é apresentado o requisito de patenteabilidade relacionado à afirmativa de que o direito de propriedade industrial não confere proteção a inventos inúteis.

- A atividade inventiva •
- B desimpedimento
- C aplicação industrial •
- D lícitude
- E novidade

Questão 88

A respeito da concessão, vigência e proteção da patente, assinale a opção correta.

- A Expirados os prazos de vigência das patentes de invenção e de modelo de utilidade, seu objeto cai em domínio público.
- B O titular do direito de exploração econômica exclusiva do invento patenteado não poderá impedir terceiro de importar produto obtido diretamente pelo processo patenteado.
- C Somente a partir da concessão da patente, é assegurado ao seu titular o direito de obter indenização pela exploração indevida de seu objeto.
- D Os direitos de patente assegurados ao seu titular aplicam-se a terceiro, ainda que ele, em caráter privado e sem finalidade comercial, acarrete prejuízo ao interesse econômico do titular da patente.
- E Superados os trâmites legais e concluído o exame do pedido de patente, será proferida decisão, cabendo, em caso de indeferimento do pedido, recurso ao presidente do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), no prazo de 60 dias.

Questão 89

Acerca das espécies e da forma de apresentação das marcas, assinale a opção correta.

- A Marca de certificação é usada para atestar a conformidade de um produto ou serviço com determinadas normas ou especificações técnicas, notadamente quanto à qualidade, à natureza, ao material utilizado e à metodologia empregada.
- B Marca considerada de alto renome é aquela que goza de proteção especial, independentemente de estar previamente depositada ou registrada no Brasil.
- C Marcas mistas são constituídas pela forma plástica do produto, ou seja, por sua configuração física, com capacidade distintiva e dissociada de efeitos técnicos.
- D Marcas nominativas são aquelas constituídas por desenhos, símbolos ou figuras que apresentem configuração gráfica decorativa, incomum, não usual.
- E É possível o registro de sinal sonoro como marca de produto, com vistas a distinguir um produto de outro semelhante.

Questão 90

Em relação aos sujeitos ativo e passivo do processo falimentar, assinale a opção correta.

- A Os agentes econômicos que atuam em mercados regulados, a exemplo das cooperativas de crédito e consórcio, estão sujeitos ao regime falimentar instituído pela Lei n.º 11.101/2005.
- B O requerimento de autofalência é uma obrigação imposta ao devedor que, em crise econômico-financeira, julgue não atender aos requisitos para pleitear sua recuperação judicial.
- C Para um credor formular o pedido de falência, exige-se que a dívida do devedor em relação a ele esteja vencida.
- D A fazenda pública tem legitimidade ou interesse de agir para requerer a falência do devedor empresário.
- E Empresa pública e sociedade de economia mista que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços estão sujeitas ao regime falimentar instituído pela Lei n.º 11.101/2005.

Questão 91

Assinale a opção em que é citado exemplo de patrimônio cultural e material brasileiro inscrito na lista do patrimônio mundial da humanidade organizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

- A samba, patrimônio cultural brasileiro pela materialidade de suas manifestações a partir do ritmo musical, da composição da letra e da originalidade dos instrumentos musicais
- B conjunto urbanístico do Plano Piloto de Brasília, exemplo da arquitetura moderna do século XX
- C centro histórico de São Paulo, conjunto de bens patrimoniais culturais representado pela Catedral da Sé, pelo Mercado Municipal e pelos edifícios históricos que simbolizam a modernização do país
- D Parque Natural dos Lençóis Maranhenses, patrimônio material e cultural por sua biodiversidade e singularidade da paisagem
- E Parque Nacional das Cataratas do Iguaçu e Usina de Itaipu, conjunto de patrimônio internacional que envolve Brasil, Argentina e Paraguai

Questão 92

Um rebanho de aproximadamente 5.000 búfalos selvagens de origem asiática distribui-se entre a reserva biológica Guaporé, a reserva extrativista Pedras Negras e a reserva de fauna Pau D'Óleo, no oeste de Rondônia.

Considerando as informações acerca do rebanho de bufalinos e sua relação ecológica com o bioma amazônico, assinale a opção correta.

- A O impacto das manadas de búfalos sobre as pastagens das áreas de várzea e mata nativa é classificado como uma relação ecológica de parasitismo, na qual os búfalos dependem da floresta para sobreviverem e a floresta depende desses animais para a dispersão de sementes e controle de vegetação.
- B A introdução dos búfalos na Amazônia causa diversos impactos ambientais, como a extinção da fauna e da flora nativas e a mudança de cursos d'água, por isso a espécie é classificada como invasora.
- C A relação ecológica estabelecida entre os búfalos e a fauna nativa de Rondônia é classificada como mutualismo, na qual as espécies introduzidas e originais se beneficiam mutuamente.
- D As manadas de búfalos abrem clareiras em ambientes alagados e na floresta de terra firme, criando espaços para que a fauna original de herbívoros se alimente em uma relação harmônica classificada como comensalismo.
- E Os búfalos, classificados como uma espécie colonizadora típica de áreas de clima quente e úmido, de ambientes florestais e alagados da zona intertropical, foram introduzidos em Rondônia para a pecuária leiteira e de corte.

Questão 93

Os principais produtos de exportação rondonienses impactados pelas tarifas impostas ao Brasil pelo governo dos EUA são

- A madeira, arroz e tabaco.
- B aço, calçados e laticínios.
- C suco de frutas e equipamentos florestais.
- D carne bovina, soja e café.
- E pescados, couro e castanha.

Questão 94

Com relação aos aspectos relevantes no cenário das relações internacionais em 2025, é correto afirmar que

- A a China desponta como potência mundial a partir de seu papel no comércio internacional e na adoção de um modelo de desenvolvimento baseado no lema “um país, dois sistemas”, que se traduz pela existência de um sistema econômico capitalista e um sistema político parlamentarista no país.
- B o conflito entre Rússia e Ucrânia encontra-se em fase de novas negociações, a partir da mudança de posição dos EUA, que antes apoiavam a Ucrânia na intensificação do conflito e atualmente passaram a negociar um possível fim do combate.
- C os conflitos atuais, em especial a ocupação da Ucrânia pela Rússia, e o conflito entre palestinos e israelenses na Faixa de Gaza são marcados pela política internacional de respeito aos territórios internacionais, visto que envolvem questões políticas sem perda de territórios.
- D a globalização intensificará a especialização produtiva dos países que ocupam posição central no capitalismo mundial, principalmente em setores altamente especializados como a indústria automobilística e aérea, e a de computação; países como EUA, Japão e Alemanha dominam a produção tecnológica desses setores sem concorrência de outros países.
- E a competição no campo do comércio internacional entre a União Europeia e o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) tende a acentuar-se, visto que o bloco europeu é o principal competidor dos EUA no comércio global.

*Larissa***Questão 95**

A respeito da transição energética, um dos temas relevantes que integram a reestruturação produtiva e a preservação do meio ambiente no mundo atual, assinale a opção correta.

- A A transição energética consiste na troca gradual de fontes energéticas não renováveis e de alto impacto ambiental, como os combustíveis fosseis, por fontes limpas e renováveis, como a eólica e a solar, que emitem menos gases de efeito estufa.
- B A diminuição dos custos de produção, o aumento da competitividade, a diminuição da dependência tecnológica e a compensação ambiental são objetivos da transição energética para a redução dos impactos das mudanças climáticas.
- C A eletrificação é um segmento da transição energética por meio do qual se produzem veículos a partir da modernização de motores movidos a combustíveis fosseis com alto índice de carbono.
- D A tendência global da transição energética é a de substituição total de fontes energéticas não renováveis como o petróleo, o urânio e o gás natural por fontes limpas e renováveis até 2040.
- E A transição energética global envolve países com níveis semelhantes de substituição de fontes sujas de produção de energia por fontes limpas e renováveis, tendo o Brasil avançado pouco na perspectiva dessa transição, estando abaixo da média global de fontes renováveis de acordo com a matriz energética mundial.

Questão 96

No que diz respeito ao protesto de título nas situações em que o devedor seja microempresário ou empresa de pequeno porte, assinale a opção correta, de acordo com a Lei Complementar n.º 123/2006.

- A No caso de pagamento do título pelo devedor por meio de cheque sem provisão de fundos, todos os benefícios previstos ao microempresário ou à empresa de pequeno porte serão imediatamente cancelados.
- B Para o pagamento do título em cartório, poderá ser exigido cheque de emissão de estabelecimento bancário, com forma de respaldar o credor.
- C O cancelamento do registro de protesto com base no pagamento do título não depende, em regra, de declaração de anuência do credor.
- D São válidas as cláusulas contratuais relativas à limitação da emissão ou circulação de títulos de crédito ou direitos creditórios originados de operações de compra e venda de produtos e serviços por microempresas e empresas de pequeno porte.
- E Sobre os emolumentos do tabelião incidirão acréscimos a título de taxas, custas e contribuições para o estado ou para o Distrito Federal.

Questão 97

Em relação às orientações gerais para guarda e descarte de documentos nos cartórios extrajudiciais, julgue os itens a seguir, de acordo com o Provimento CNJ n.º 50/2015.

- I Os documentos a serem a ser descartados não podem ser desfigurados a ponto de não permitir que as informações sejam recuperadas, especialmente as indicações de identidade pessoal e assinaturas.
- II No âmbito do Registro Civil de Pessoas Naturais, os livros relativos a retificações de qualquer espécie, registro de nascimento tardio e outros processos com trâmite na própria serventia devem observar o prazo de guarda de 5 anos, com posterior eliminação.
- III No âmbito do Registro Geral de Imóveis, os livros relativos à indisponibilidade de bens devem ter guarda assegurada por 10 anos ou pelo prazo que durar a indisponibilidade, admitida a posterior eliminação.

Assinale a opção correta.

- A Nenhum item está certo.
- B Apenas o item I está certo.
- C Apenas o item II está certo.
- D Apenas o item III está certo.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 98

Com base no que dispõe a Lei de Registros Públicos, assinale a opção correta.

- A Os livros de registro, bem como as fichas que os substituam, somente sairão do respectivo cartório mediante autorização do titular da serventia.
- B A alteração imotivada de prenome poderá ser feita na via extrajudicial uma única vez.
- C As certidões do registro civil das pessoas naturais devem mencionar a data em que foi lavrado o assento, além da circunstância de ser legítima ou não a filiação, exceto se houver requerimento do interessado ou determinação judicial em sentido contrário.
- D No caso de casamento convertido a partir da união estável, deverá constar do assento a data do início da referida união ou seu período de duração.
- E A criança que morrer por ocasião do parto terá um único assento — o de óbito —, podendo os pais atribuir nome a ela.

Questão 99

De acordo com as disposições da Lei n.º 8.935/1994 (Lei dos Notários e Registradores), assinale a opção correta.

- A Em cada serviço notarial ou de registro, haverá número limite de substitutos, escreventes e auxiliares, a critério do respectivo tribunal de justiça.
- B Foi considerada constitucional pelo STF a previsão da Lei n.º 8.935/1994 segundo a qual os servidores públicos que trabalhavam em cartórios privados poderiam ser contratados pelo regime trabalhista comum (CLT), cessando o vínculo com o Estado.
- C Os substitutos poderão, simultaneamente com o notário ou o oficial de registro, praticar todos os atos que lhe sejam próprios, sem exceção.
- D Somente bacharéis em direito devem ser admitidos nos concursos públicos voltados à delegação para o exercício da atividade notarial e de registro.
- E Admite-se, mediante autorização do respectivo tribunal de justiça, a instalação de sucursal de serviço notarial ou de registro.

Questão 100

De acordo com o Provimento CNJ n.º 149/2023, relativo às medidas a serem adotadas pelas serventias extrajudiciais em âmbito nacional para o processo de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, assinale a opção correta.

- A No âmbito do Registro Civil de Pessoas Naturais, a identificação do requerente e o motivo pelo qual se requer a certidão são elementos obrigatórios a serem veiculados no requerimento de certidão de inteiro teor.
- B O requerimento ou autorização judicial para emissão de certidão de óbito serão obrigatórios quando o requerente não possuir grau de parentesco com o falecido, uma vez que as restrições relativas aos dados sensíveis aplicam-se a este último.
- C No caso de o registrador ou o notário entender haver desproporcionalidade na solicitação de compartilhamento de dados pelo órgão público, deverá consultar a corregedoria do tribunal de justiça a que estiver vinculado.
- D A certidão de testamento somente poderá ser fornecida ao solicitante que tiver algum vínculo familiar com o testador; caso contrário, será necessária autorização judicial.
- E As certidões de registro civil em geral, inclusive as de inteiro teor, após o falecimento do titular do dado sensível, somente poderão ser fornecidas mediante autorização judicial.